

DÉCADAS DE TRANSFORMAÇÃO PERDIDAS NOS LIXÕES

Mesmo com legislações e resoluções instituídas há décadas, a disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos ainda impacta diretamente mais de 36% da população brasileira. Esta situação impõe à nação cifras bilionárias em custos para tratamentos de saúde e mitigação da contaminação ambiental. Soma-se a isso danos à biodiversidade, emissões de metano, a contaminação dos corpos hídricos e a condições insalubres e indignas imposta aos catadores nos lixões do país.

Segundo o Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil 2021, publicado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - ABRELPE, a cobertura de coleta de resíduos sólidos urbanos (RSU) alcançou índices superiores à 92%, ou seja, de cada 100kg de materiais dispostos para a coleta ou serviço de limpeza pública, mais de 92kg foram recolhidos e direcionados para o descarte. Embora não se destaque como um dado alarmante, vale reforçar que ainda no século XIX o hemisfério norte universalizou o serviço de coleta de RSU e o Brasil em pelo século XXI ainda caminha nessa direção.

Fato é que, após 21 anos de discussão no Congresso Nacional, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) instituiu o fim da destinação de resíduos em lixões até 2014, meta esta que claramente não foi alcançada, sendo então o prazo final prorrogado para 2024 por meio do Novo Marco do Saneamento (Lei nº 14.026/2020).

Para demonstrar o tamanho do desafio que o país ainda deve enfrentar, até 2020, aproximadamente 40% dos RSU coletados foram dispostos inadequadamente em lixões a céu aberto ou em aterros controlados, que não cumprem com as normas de proteção do solo, do ar e o tratamento dos subprodutos para serem considerados um descarte correto. Isso se dá principalmente pelo fato de 51% dos municípios ainda não possuírem um local adequado para a disposição. Em comparação com as nações mais desenvolvidas, as destinações adequadas foram aplicadas ainda na década de 70, estando o Brasil 50 anos defasado nesta solução.

Em um momento que as lideranças globais discutem metas de descarbonização, mercado de carbono e miram suas ações para frear o aquecimento global e a emissão de gases do efeito estufa (GEE), o Brasil ainda precisa terminar a sua lição de casa. Pode parecer simples para os amigos do norte, mas em território nacional não é. A geração de resíduos corresponde atualmente por 4% do total das emissões de GEE no país e medidas corretas de redução na geração de resíduos, destinação adequada, reciclagem e a recuperação de energia podem contribuir com a redução de até 20% das emissões globais de GEE.

O mais impactante é que em 2022 a destinação inadequada dos resíduos no Brasil não causa apenas danos ou riscos à saúde pública e ao meio ambiente, mas a presença de lixões acarreta em um importante problema social. Segundo o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, 800 mil pessoas atuam como agentes ambientais, ou mais popularmente conhecido como catadores de materiais reaproveitáveis. Parte destes exercem suas atividades nos mais de 3 mil lixões ainda ativos, trabalhando de forma deletéria e desumana e, até mesmo, estabelecendo residências nestes locais.

Segundo a legislação vigente, apenas os materiais que não puderam ser aproveitados ou reciclados devem ser aterrados adequadamente, o que corresponde à apenas 14% do total da massa de RSU, segundo a ABRELPE. Desta forma, considerando o potencial de renda que pode ser gerado para as tantas famílias que vivem da reciclagem, há uma gigantesca fragilidade nas iniciativas de coleta seletiva presente hoje nos 4.145 municípios brasileiros. A taxa de recuperação dos materiais reaproveitáveis que teria um potencial de até 86%, representa hoje algo em torno de 4%, segundo o Anuário da Reciclagem 2021. Logo, parte desse nobre capital ambiental, econômico e social está literalmente sendo enterrado junto com toda a transformação tão almejada.

A década 2020-2030 é considerada pelas Nações Unidas como a “década da ação”, onde precisamos não apenas refletir, mas agir sobre nossas fragilidades. Com relação à gestão de resíduos, o custo da mitigação dos múltiplos e correlacionados impactos pode ser cinco vezes superior do que é necessário investir em uma solução adequada. Assim, mais do que resíduos, o que hoje vai para a destinação inadequada são os nossos recursos naturais, a saúde da nossa população e o futuro da das próximas gerações.

Autor:

Luana Romero exerce o cargo de Diretora Executiva no IDEIAS. Administradora, MBA em Gerenciamento de Projetos e Project Management Professional (PMP) pelo Project Management Institute (PMI). Atuou em diversos projetos para ressignificar impactos socioambientais adversos de grandes empreendimentos, incluindo programas de mobilidade, saneamento, infraestrutura e plantas industriais, além de siderúrgicas, celulose, termoelétrica, linha de transmissão, gasoduto entre outros. Vem coordenando projetos de consultoria para empreendimentos que tem financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a International Finance Corporation (IFC), instituições que fazem parte do Grupo do Banco Mundial.

Fontes:

ABRELPE, 2021, PANORAMA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL, Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Disponível em:

<<https://abrelpe.org.br/panorama-2021/>>. Acesso em: 26/08/2022.

PRAGMA. Anuário da Reciclagem 2021. Disponível em:<[https://uploads-ssl.webflow.com/605512e6bb034aa16bac5b64/61c0df8ef4e32e41f3ef9943_Anua%CC%81rio%20da%20Reciclagem%202021%20\(1\).pdf](https://uploads-ssl.webflow.com/605512e6bb034aa16bac5b64/61c0df8ef4e32e41f3ef9943_Anua%CC%81rio%20da%20Reciclagem%202021%20(1).pdf)>. Acesso em 26/08/2022.

<https://www.reciclasampa.com.br/artigo/cerca-de-800-mil-pessoas-vivem-da-reciclagem-no-brasil>

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/14/brasil-tera-estrategia-para-tratamento-de-lixo-apos-12-anos-de-espera.ghtml>